

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 832, de 2015.

(apensado o PL Nº 1.483/2015)

Altera o art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que “dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá novas redações às leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências.”

AUTOR: FABIO GARCIA e outros

RELATOR: HILDO ROCHA

1. RELATÓRIO

De autoria do Deputado Fábio Garcia, o projeto de lei nº 832, de 2015, objetiva a alteração da Lei nº 10.438 de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica.

O nobre Deputado propõe que somente com aportes do Tesouro Nacional, os seguintes objetivos previstos no art. 13 da lei nº 10.438/2002 possam ser efetivados:

- a) III - prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;
- b) IV - prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária;
- c) VII - prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica, conforme regulamentação do Poder Executivo;
- d) VIII - prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, conforme regulamentação do Poder Executivo, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias e permissionárias de distribuição,

consoante disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Propõe, ainda, que as cotas anuais da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE sejam proporcionais aos mercados dos agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final.

Na sua justificação, o autor argumenta que lei nº 12.783/2013 promoveu profundas alterações na CDE, incluindo novos objetivos, tais como:

- Prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculadas à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender a finalidade de modicidade tarifária;
- Prover recursos para os dispêndios da Conta Consumo de Combustíveis (CCC);
- Prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica;
- Prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica.

Essas alterações fizeram com que as despesas da CDE passassem de R\$3,3 bilhões em 2012 para R\$ 25,2 bilhões em 2015, impactando diretamente as contas de energia de todos os brasileiros. Para reduzir esse impacto o Governo Federal aportou com recursos do Tesouro Nacional mais de R\$ 20 bilhões na CDE nos anos 2013 e 2014.

Acontece que por decisão política, o governo resolveu não mais aportar recursos do Tesouro Nacional na conta da CDE no ano de 2015. O resultado foi um aumento nas tarifas de energia elétrica para os consumidores de 23,4% em média.

Outro aspecto abordado pelo projeto de lei em análise se refere a forma que os consumidores das diversas regiões pagam suas cotas da CDE. A legislação vigente faz com que os consumidores do Sul, Sudeste e Centro-oeste paguem cerca de 4,5 vezes mais que os consumidores do Norte e do Nordeste. O projeto de lei tenta corrigir essa distorção. Propõe que a contribuição a CDE seja proporcional ao mercado dos agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final.

Apensado ao projeto de lei se encontra o PL 1.483/2015 do nobre deputado Alceu Moreira que trata somente da proporcionalidade das cotas da CDE.

No dia 02 de setembro de 2015 a Comissão de Minas e Energia, em reunião ordinária, aprovou o PL nº 832/2015 e rejeitou o PL 1.483/2015.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas na Comissão de Finanças e Tributação.

2. VOTO

É atividade que compete a esta Comissão o exame de proposições quanto à sua compatibilização ou adequação com o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e à lei orçamentária anual (LOA), conforme estabelece o art. 53, inciso II, conjugado com o art. 32, inciso X, alínea "h", do Regimento Interno.

A Lei de Diretrizes Orçamentária em vigor (lei nº 13.242/2015) é muito clara no seu art. 113 quando trata de projeto de lei que propõe aumento de despesa custeado com recursos oriundos do Orçamento da União.

“Art. 113. As proposições legislativas e respectivas emendas, conforme art. 59 da Constituição Federal, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou **aumento de despesa da União, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes**, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.”

O projeto em análise condiciona o cumprimento dos principais objetivos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE a aportes de recursos do Tesouro Nacional (valores elevados, da ordem de R\$ 20 bilhões de reais). A única forma de cumprir o art. 113 da Lei de Diretrizes Orçamentária em vigor e tornar o PL 832/2015 adequado e compatível, em termos financeiros e orçamentários, com as disposições legais e constitucionais seria apresentando estimativas de despesa para o atual exercício e os dois subsequentes com sua memória de cálculo e respectivas compensações. **Nenhuma memória de cálculo foi apresentada nesse sentido.**

Já o Projeto de lei nº 1.483/2015 que está apensado e trata da modificação da forma de cálculo das cotas da CDE não impõe nenhum aumento de despesa aos cofres públicos. O PL modifica a fórmula de cálculo e redistribui as cotas proporcionalmente entre os consumidores. Não há recurso público envolvido.

Em face do exposto, não obstante os nobres propósitos considerados na elaboração da proposição, **VOTAMOS pela INCOMPATIBILIDADE E INADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA do Projeto de Lei nº832, de 2015 e pela NÃO IMPLICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA do PL nº 1.483, de 2015 que se encontra apensado.**

Sala da Comissão, em de maio de 2016.

Deputado HILDO ROCHA
Relator